

Ata nº 22/2020

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. Registrou-se a ausência do vereador Gelso Soares de Brito, que apresentou atestado odontológico. A Presidente solicitou a vereadora Isabel que secretariasse os trabalhos e que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente a secretária fez a leitura da Ata nº 21/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A secretária fez a leitura do Requerimento para uso da Tribuna Popular, ocasião em que o senhor Paulo Carvalho da Rocha sugeriu que seja elaborado um projeto de lei para isentar de multas e juros as dívidas ativas com o Município, como forma de incentivar os que estão em débito. A secretária fez a leitura do Requerimento do senhor Vilnei Vilmar Neu para uso da Tribuna Popular, ocasião em que o ex-secretário da Agricultura falou sobre a questão das sementes troca-troca, sobre a internet rural, sobre a sindicância e citou alguns trabalhos realizados pela secretaria quando era responsável pela pasta. A secretária fez a leitura do Requerimento para uso da Tribuna Popular, ocasião em que a senhora Janaína Tramontini da Paixão denunciou Kehli Tespesel, esposa do vereador Gilmar, de ser beneficiária do auxílio emergencial, também comentou que como psicopedagoga uma das suas funções na comunidade é fiscalizar os vereadores do Município. A secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 210/2020 – Encaminha Projetos de Lei nº 2634 e 2635/2020 e Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei nº 2629/2020; do Ofício do Poder Executivo nº 213/2020 – Solicita a retirada do Projeto de Lei nº 2619/2020; do Ofício nº 58/2020 - Secretaria Municipal de Educação; e do Ofício nº 5/2020 – Secretaria

Municipal de Agricultura. A secretária fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 2629, de 04 de junho de 2020 – Autoriza a contratação emergencial temporária, por tempo determinado, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. A presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2629/2020, com a respectiva Mensagem Retificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2631, de 15 de junho de 2020 – Dispõe sobre a alteração do art. 4º e inciso II da Lei Municipal nº 1.719, de 29 abril 2009, alteração do art. 11 da Lei Municipal nº 866 de 05 de janeiro 2000 e revogação da Lei Municipal nº 2.348, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura da Indicação nº 30/2020 – Vereadoras Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – PDT e Isabel de Oliveira Elias – PDT - Sugerem ao Poder Executivo que envie para o Legislativo Municipal, Projeto de Lei que cria o código de proteção, assistência pública e proibição à prática de maus-tratos e crueldade aos animais de Salto do Jacuí/RS. As vereadoras defenderam a indicação. A secretária fez a leitura da Indicação nº 31/2020 – Vereador Jucimar Borges da Silveira – Progressistas - Sugere ao Poder Executivo que os funcionários da Prefeitura Municipal recebam a gratificação natalina, mediante requerimento, na data de seu aniversário, conforme Lei Municipal 1962/2012, e não somente na folha de pagamento do mês em que o servidor estiver de aniversário. O vereador defendeu sua indicação. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2616, de 26 de março de 2020 – Altera os arts. 13 e 24 da Lei Municipal 1.388/2005 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019 e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2632, de 15 de junho de

2020 – Altera o artigo 4º, inciso II, alíneas “a” e “e” da Lei Municipal 2304/17, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, e da outras providências. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2634, de 24 de junho de 2020 – Dispõe sob instalações de condomínios horizontais fechados em glebas situadas em áreas urbanas e/ou zona rural; e Projeto de Lei do Executivo nº 2635, de 23 de junho de 2020 – Declara patrimônio histórico e artístico o marco de pedra da construção da barragem Maia Filho, como parte relevante do patrimônio cultural do município de Salto do Jacuí e dá outras providências. Na Tribuna Parlamentar o vereador Gilmar respondeu às acusações que foram feitas contra a sua esposa na Tribuna Popular e disse que já está impresso o boleto para efetuar a devolução do valor recebido a título de auxílio emergencial. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e quinze minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: